



FRANCISCO GILÁSIO/GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Poço jorra no Piauí: Brasil detém 12% da água doce disponível no mundo

MEIO AMBIENTE

Quem é dono das águas subterrâneas?

O Plenário do Senado poderá votar esta semana a proposta que define a titularidade das águas subterrâneas no Brasil.

A iniciativa, do então senador Júlio Eduardo, atende a um antigo pleito do Ministério do Meio Ambiente e de instituições ligadas ao setor.

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
FRASES	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
CONHEÇA O SENADO	Página 11

Câmara pode examinar na terça a reforma tributária

Um substitutivo integral à reforma tributária já aprovada pelo Senado pode ser votado nesta terça-feira pela Câmara dos Deputados. Caso essa previsão se confirme, a matéria voltará a ser examinada em breve pelos senadores.

Algumas mudanças atendem a pedido dos governadores, preocupados com possíveis perdas decorrentes da unificação das leis que tratam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

PÁGINA 4

Acordo com o PSDB e ida do ministro Palocci à CAE podem desbloquear a pauta

Renan: MP do Microcrédito será votada esta semana

A concessão de microcrédito para empreendedores, uma das bandeiras do governo Lula, será votada esta semana pelo Plenário, segundo prevê o presidente do Senado, Renan Calheiros. A medida provisória está bloqueando a pauta há sete sessões plenárias. Se o governo convencer o PSDB a desistir de sessão secreta para

ouvir o presidente do Banco Popular do Brasil na quarta-feira (30), a MP poderá ser votada nesta terça-feira (29). A liderança do governo acredita que o comparecimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à Comissão de Assuntos Econômicos vai atrair quórum e favorecer o exame das medidas provisórias que travam a pauta.

PÁGINA 5

cidadania



Uma medida que pode salvar vidas: quem tem problemas de pressão arterial deve se submeter a acompanhamento constante

Evite os inimigos do coração

Colesterol alto, sedentarismo e fumo são alguns dos maiores inimigos do coração, cujas doenças estão entre as que mais matam no país. Estudo da Organização Mundial da Saúde prevê que doenças cardíacas e derrames cerebrais matarão mais de 24 milhões por ano até 2030. Nesta edição, o *Especial Cidadania* traz informações sobre a prevenção desses males.

PÁGINA 12



CONTROLE EXTERNO

Regras para conselhos da Justiça e do Ministério Público são aprovadas na CCJ

Demostenes Torres, relator do projeto

PÁGINA 4

agenda

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Audiência – Para esclarecer o recente aumento da carga tributária no país e debater os aspectos e perspectivas da política econômica atual, a comissão realiza audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. **Autores:** César Borges (PFL-BA) e Luiz Otávio (PMDB-PA).

11h – EDUCAÇÃO

Magistério – Proposta em análise na comissão garante vagas nos cursos de graduação para os professores da rede pública que não tenham nível superior. **Autor:** Cristovam Buarque (PT-DF). **Relator:** César Borges (PFL-BA).

Prêmio – A comissão discute ainda projeto de resolução (PRS 41/04) que institui o Prêmio Roberto Marinho de Mérito Jornalístico. **Autor:** Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). **Relator:** Hélio Costa (PMDB-MG).

14h – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Agenda – O colegiado faz reunião administrativa. A sub-comissão é presidida por Aelton Freitas (PL-MG).

14h – CPI DA TERRA

Depoimento – A comissão

mista, que realiza diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, vai ouvir depoimento do produtor rural Manoel Domingues Paes Neto. A CPI é presidida por Alvaro Dias (PSDB-PR)

14h30 – SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA

Gás – Proposta que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás (PLS 101/04). **Autor:** Marcelo Crivella (PL-RJ). **Relator:** Augusto Botelho (PDT-RR).



Telefonia – Outra proposta estabelece que, nas regiões metropolitanas e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local de telefone fixo comutado (PLS 168/02). **Autor:** então senador Ricardo Santos. **Relator:** Valdir Raupp (PMDB-RO).

15h – COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Relatórios – O colegiado examina relatório de inspeção sobre serviços de conservação de rodovias em Mato Grosso, enviado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). **Relator:** deputado Humberto Michiles (PL-AM).

Requerimentos – Dois requerimentos constam da pauta de votação da comissão, solicitando do Ministério do Planejamento cópias das correspondências com

o Fundo Monetário Internacional (FMI) que definiram as ações a serem realizadas pelo governo brasileiro no limite de R\$ 2,8 bilhões, não computados no cálculo do superávit primário. **Autor:** deputado Ricardo Barros (PP-PR).

16h30 – REESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Instalação – Reunião de reinstalação e eleição da mesa diretora da comissão mista destinada a propor a reestruturação do processo orçamentário.

QUARTA-FEIRA

11h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Visita – Às 11h, o colegiado recebe a visita do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

Audiência – O colegiado promove audiência para debater o projeto (PLS 19/05) que fixa o peso máximo que um empregado pode remover individualmente. Convidados: Manoel José dos Santos, presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Calixto Ramos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Eduardo Lírio Guerra, presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Maria de Lourdes Moure, do Ministério do Trabalho e Emprego, e Maria Helena da Silva Guthier, do Ministério Público do Trabalho.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h: sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h: Sessão deliberativa

MP do Microcrédito – O projeto de lei de conversão (PLV 1/05) originado da Medida Provisória 226/04 cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. Os recursos do programa serão provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de parte dos depósitos à vista dos bancos. O texto tranca a pauta de votações da Casa desde a semana passada. **Autor:** Poder Executivo.

Novas MPs – Para esta semana, duas novas MPs foram inseridas na ordem do dia do Senado. A primeira é a MP 227/04, que trata da produção e importação de biodiesel, determina as alíquotas de PIS/Pasep e da Cofins incidentes nas vendas realizadas e dispõe sobre a adição do biodiesel ao óleo diesel em veículos e motores de unidades estacionárias, a fim de reduzir a emissão dos gases geradores de efeito estufa. A segunda trata do segredo dos documentos sigilosos e cria uma comissão interministerial para avaliar se tais papéis ameaçam a soberania nacional e, por isso, devem ser mantidos em sigilo depois de vencido o prazo previsto pela legislação (MP 228/04).

Por ter vencido o prazo constitucional de análise, a MP tem a prioridade na votação a partir do momento em que é lida.

Cultura – Discussão, em primeiro turno, da proposta

de emenda constitucional que cria o Plano Nacional de Cultura (PEC 57/04). **Autor:** deputado Gilmar Machado. **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

Educação gratuita – Os parlamentares podem discutir, em primeiro turno, a proposta que obriga o Estado a garantir educação gratuita e compulsória nas creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos (PEC 40/03). **Autor:** senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) e outros. **Relator:** senador Tião Viana (PT-AC).

Águas subterrâneas – Também está em discussão projeto (PEC 43/00) que define como bens da União os lagos, rios e correntes de águas em terrenos da União, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais. **Autor:** então senador Júlio Eduardo (PT-AC). **Relator:** então senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

QUARTA/QUINTA-FEIRA

14h: Sessão deliberativa

Agenda em aberto – A medida provisória que trata do Microcrédito continua trancando a pauta de votação do Plenário. Caso haja deliberação sobre a MP, os senadores podem discutir os demais itens da ordem do dia, entre eles a proposta de emenda constitucional que concede licença-maternidade a mulheres que adotam crianças (PEC 31/00).

SEXTA-FEIRA

9h: sessão não deliberativa

Plenário precisa examinar três MPs para liberar pauta

Além da Medida Provisória 226/04, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), outras duas MPs trancam a pauta no Senado. Estão previstos para análise e votação dos senadores os projetos de lei de conversão (PLVs) das MPs 227/04 e 228/04, remetidos à Casa pela Câmara dos Deputados.

O primeiro é o PLV 2/05, que determina registro especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel, e a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas receitas decorrentes da venda desse produto.

O outro PLV é o 3/05, regulamentando a parte final do dis-

posto no inciso 23 do *caput* do artigo 5º da Constituição, que trata de acesso a documentos públicos de interesse particular ou coletivo.

Consta ainda da pauta do Plenário, entre outras proposições, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57/03, que institui o Plano Nacional de Cultura, para a primeira sessão de discussão em segundo turno; a PEC 15/04, que exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contenham sedes de municípios, para a primeira sessão de discussão em primeiro turno; a PEC 40/00, que fixa a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade, para a quinta e última sessão em primeiro turno e votação nominal, se não houver emendas.

Uma das PECs que aguarda votação é a do ensino infantil obrigatório

Câmara pode votar logo o referendo sobre arma

Um pedido de urgência deve permitir que o projeto de decreto legislativo que autoriza o referendo sobre a comercialização de armas de fogo seja examinado no Plenário da Câmara assim que



César Borges

for votada a medida provisória que facilita a obtenção da bolsa-atleta. O projeto (PDC 1.274/04) está na Câmara desde maio passado e já foi aprovado pelo Senado, que marcou a data de 2 de outubro deste ano para o referendo. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniram-se quarta-feira (23) e acertaram esforço comum para acelerar a aprovação da matéria.

Com a designação de novo relator para a proposta, um

outro parecer propõe mudar a pergunta contida no projeto original, de autoria de Renan. Em vez de indagar se “o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil”, a sugestão é perguntar se “deve ser proibido, em todo

o território nacional, o comércio de armas de fogo e de munições a pessoas, para sua legítima defesa e de seu patrimônio, na forma da lei”.

Na opinião do senador César Borges (PFL-BA), a pergunta incluída no projeto original do Senado não deve ser modificada, para não orientar o pensamento do cidadão. Já o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que se posiciona contra o desarmamento, avalia que o referendo deva ser realizado somente em 2006.

Wirlande da Luz toma posse na vaga de Romero Jucá

Tomou posse na última quarta-feira, como senador por Roraima, Wirlande da Luz (PMDB-RR). Ele ocupa a cadeira de Romero Jucá, escolhido pelo presidente Lula para o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Wirlande da Luz, 50 anos de idade, é médico pediatra. Por três vezes ocupou o cargo de secretário de Saúde da capital do estado, e nunca exerceu um mandato parlamentar. No Senado, ele promete trabalhar em defesa de interesses da área social, com destaque para a saúde.

Heloisa saúda ida de Mesquita Júnior para o PSOL

A presidente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), senadora Heloisa Helena (AL), saudou, na quarta-feira, o ingresso de Geraldo Mesquita Júnior (AC) na sua agremiação. O senador, que estava sem partido, pertencia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). – É com alegria que anuncio a entrada no partido de Geraldo Mesquita Júnior, um homem íntegro, honesto e competente. Mesquita Júnior afirmou que vai levar à frente um debate de vital importância: a luta para que o país seja justo e fraterno com o seu povo.

MEIO AMBIENTE Senadores podem votar nesta semana proposta que define titularidade do recurso hídrico

Quem é dono da água acumulada no subsolo brasileiro?



A proposta que define a titularidade das águas subterrâneas no Brasil poderá ser votada nesta semana pelo Plenário, atendendo a antigo pleito do Ministério do Meio Ambiente e de áreas ligadas à gestão dos recursos hídricos (PEC 43/00). As águas subterrâneas representam 51% da água potável que chega aos rios e lagos da superfície terrestre do país, e o domínio sobre sua utilização dá margem a diferentes interpretações, a partir da Constituição federal. Embora a proposta já esteja na pauta de votações, o assunto ainda é pouco conhecido, mesmo tendo sido objeto de encontros entre os países do Mercosul e de debates no

Congresso Nacional. A PEC, de autoria do então senador Júlio Eduardo (PV-AC), foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo então senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

De acordo com o relator, a Constituição é clara quando define como da União "os lagos, rios e correntes de águas em terrenos de

seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limite com outros países, ou se estendam a outros países". Ocorre que o texto não faz referência às águas subterrâneas, inclusive aos aquíferos, que no Brasil se estendem por uma área de 112

mil quilômetros quadrados e ultrapassam as fronteiras com a Argentina, Paraguai e Uruguai.

A definição da titularidade das águas subterrâneas seria votada na semana passada, marcando o Dia Mundial da Água, comemorado no dia 22, mas acabou adiada em função do trancamento da pauta pela MP do Microcrédi-

Plenário examina PEC que define domínio das águas subterrâneas

to. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) alertou para os riscos de escassez de água e lembrou que, embora o Brasil detenha 11,6% de toda a água doce do planeta, "ainda não enfrentou o desafio de distribuí-la de forma equitativa à população".

Estados devem ser ouvidos sobre uso

O secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), João Bosco Senra, afirma que a PEC é importante para definir a titularidade, mas faz a ressalva de que os estados devem ser ouvidos na elaboração de programas voltados para a utilização de águas subterrâneas. "Estamos desenvolvendo projetos-pilotos com os estados que fazem

parte do Aquífero Guarani, envolvendo os diferentes aspectos da exploração desse recurso natural, como a construção de poços em áreas rurais e utilização de águas termais", explicou Senra.

O secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, José Carlos Carvalho, ex-ministro do Meio Ambiente, reforça a posição do representante do MMA. "As regras para a utili-

zação de águas subterrâneas não são claras, mas é preciso que a União, ao assumir o controle, respeite o pacto federativo", defendeu.

– Trata-se de uma reserva estratégica para o futuro, diante dos problemas de escassez de água que já ocorrem – disse Carvalho, que acompanhou a elaboração do Programa de Águas Subterrâneas, em 2001.

Cone Sul discute medidas para preservar aquífero

Atualmente, o gerenciamento das águas subterrâneas e da concessão para seu uso é feito pelos estados em que estão localizados os mananciais. A PEC 43 estabelece que essas águas, inclusive os aquíferos que banhem mais de um estado, ou que façam fronteira com outros países, devem ficar sob domínio da União, que gerenciaria esses recursos por meio da Agência Nacional de Águas (ANA).

A proposta muda a gestão dos aquíferos brasileiros, entre eles o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo, que abrange os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e países do Cone Sul. O manancial tem cerca de 1,2 milhão de km², 840 mil deles localizados no Brasil. O lençol freático tem capacidade para abastecer a população atual do país por aproximadamente 3.500 anos.

Os países em que o lençol se estende se reuniram

em 2004, em Foz do Iguaçu (PR), e divulgaram a Carta do Aquífero Guarani, com propostas de ambientalistas, governos e técnicos para o aproveitamento viável das águas.

O encontro foi promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo deputado Doutor Rosinha (PT-PR), para quem "discute-se muito o tema no Congresso Nacional, mas muito pouco se conhece".

Ficou acertado que os países do Mercosul deverão utilizar o Aquífero Guarani prioritariamente para abastecimento humano. O acordo também prevê a instituição de políticas de intercâmbio de informações técnicas e de proteção ambiental.

Poluição e desperdícios

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) chamou a atenção, no Dia Mundial da

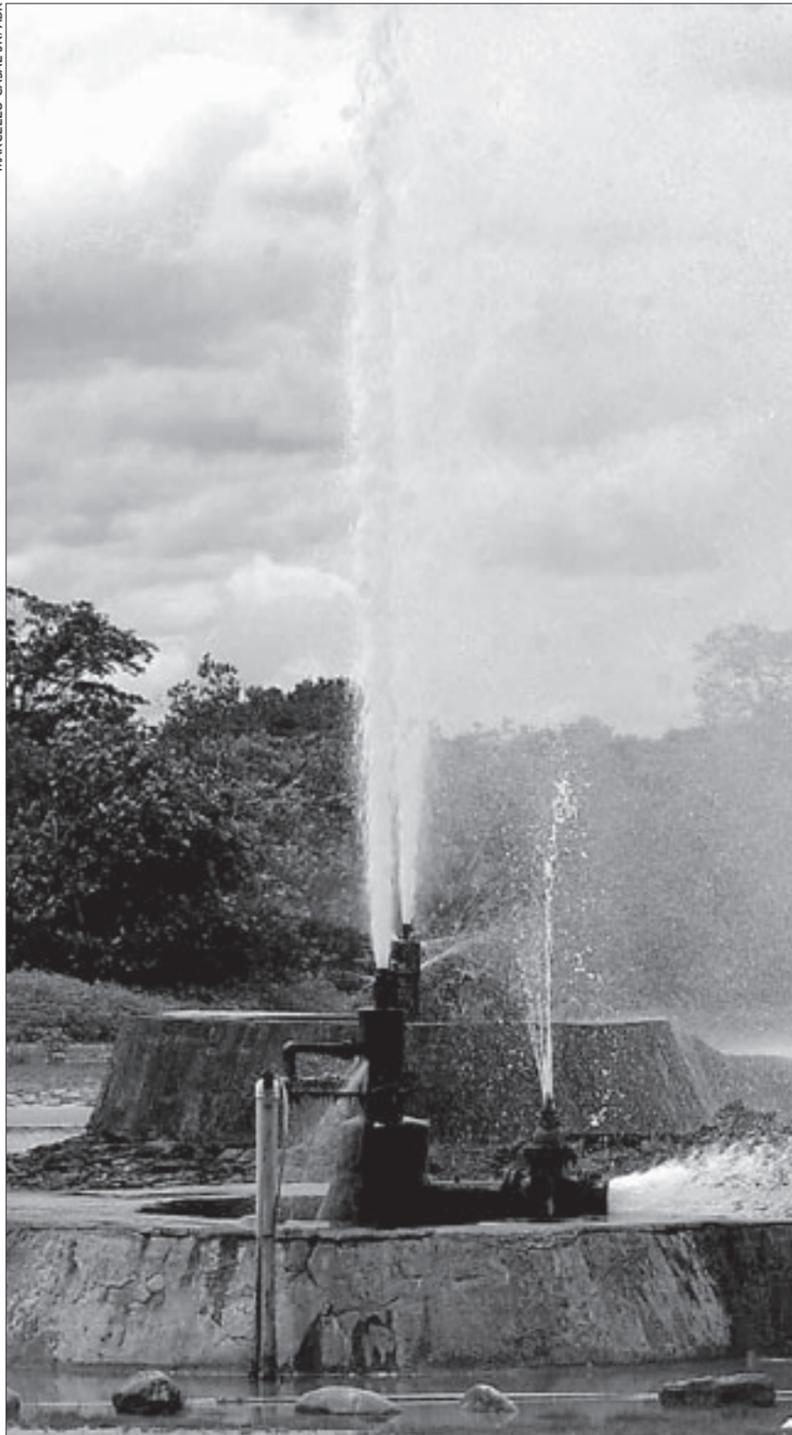


Garibaldi considera a Lei de Águas uma das mais avançadas do mundo

Água (23 de março), para os problemas enfrentados pelo Nordeste, diante da má distribuição desse recurso natural. O senador alertou que "a poluição e o desperdício são ameaças à distribuição de água no país".

– Como brasileiro e nordestino, insisto em não abdicar dessa luta, que é de todos os brasileiros – defendeu o senador, que apontou a garantia de água "como o maior desafio desse século".

Garibaldi destacou, ainda, que o Brasil conta, desde 1977, com uma das legislações mais modernas do mundo, a Lei das Águas, que deu base à implantação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos.



Espectáculo de poço jorrante no município de Cristino Castro, no Piauí, com jatos d'água que atingem alturas de até 60m, formando piscinas ao redor

Água, um bem escasso no mundo

▶ A Organização das Nações Unidas (ONU) alerta que, em 2025, cerca de 2,7 bilhões de pessoas em todo o mundo enfrentarão falta d'água se as populações continuarem a tratá-la como um bem inesgotável. Os países que detêm grandes reservas naturais de água doce – como o Brasil – são acompanhados de perto como potenciais fornecedores.

▶ Apenas 3% da água são doces e servem para o homem sobreviver. O Brasil detém cerca de 12% da água doce disponível no mundo.

▶ A Amazônia concentra 70% da água doce do país. Na região, vivem apenas 7% dos brasileiros. O Nordeste conta com 3% do total de mananciais.

▶ As águas subterrâneas representam a parcela da chuva que se infiltra no subsolo e migra continuamente em direção às nascentes, leitos de rios, lagos e oceanos. No Brasil existe um volume armazenado estimado em 112 mil km², o que faz do país um dos mais ricos nesse recurso natural.

▶ Os usos múltiplos das águas subterrâneas são crescentes: abastecimento, irrigação, calefação, balneoterapia, engarrafamento de águas minerais e potáveis de mesa.

▶ De acordo com o IBGE, estima-se que 51% do suprimento de água potável têm origem no recurso hídrico subterrâneo.

▶ As águas subterrâneas têm grande alcance social: os poços, quando bem construídos e protegidos, garantem a saúde da população.

▶ Os lençóis subterrâneos enfrentam contaminação causada por falta de saneamento básico. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% dos esgotos das cidades não contam com sistema de coleta e tratamento. Noventa por cento das internações hospitalares decorrem de doenças transmitidas por água contaminada.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança nos impostos deve voltar ao Senado

Diferentemente do que o governo e, principalmente, os prefeitos desejavam, pontos da reforma tributária que já haviam sido aprovados pelos senadores devem voltar à análise do Senado, atrasando a entrada em vigor de mudanças importantes no sistema de distribuição dos impostos nacionais. Entre esses dispositivos está o aumento do percentual da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) repassado para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 22,5% para 23,5%, uma das principais demandas da última Marcha dos Prefeitos a Brasília, realizada neste mês.

Esse será o trâmite se a Câmara aprovar, em votação marcada para esta terça-feira, um substitutivo integral à proposta de emenda à Constituição (PEC 285/04) que introduz novas alterações na estrutura tributária nacional. Essa foi a alternativa cobrada pelos governadores, preocupados com as possíveis perdas de arrecadação que seriam causadas pela proposta de unificação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a instituição de apenas cinco



Governadores se reúnem com Palocci (C) e Severino (E) em busca de um consenso mínimo em torno da reforma tributária

alíquotas diferentes, até o teto de 25%. Uma das principais finalidades da mudança seria acabar com a chamada "guerra fiscal" entre os estados.

Cai tentativa de nova "PEC Paralela"

O governo, assim como o relator da PEC, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), trabalhavam para incluir as salvaguardas reivindicadas pelos estados em uma "PEC Paralela", enquanto que a redação aprovada pelo Senado seria ratificada pelos deputados e,

em seguida, promulgada. Mas teriam aceitado a reivindicação dos estados.

Tampouco há certeza de que a votação, como havia anunciado o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, ocorrerá esta semana. Caso as negociações não avancem para um texto com um mínimo de consenso, governadores já admitem o adiamento da votação. "Isso não seria nenhum desastre", afirmou o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, após reunião com Severino e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Perdas dificultam aprovação da proposta

A mudança no ICMS é uma das etapas de alterações legislativas que têm como objetivo simplificar o tributo e possibilitar a criação do desejado Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que englobaria também o IPI, que é federal, e o Imposto sobre Serviços (ISS), municipal. Mas a perda de autonomia dos governadores para aplicar alíquotas do ICMS livremente, associada à possibilidade de diminuição da arrecadação estadual, dificulta a aprovação das mudanças.

A proposta aprovada pelo Senado estabelece que produtos da cesta básica, energia elétrica de baixo consumo, máquinas e implementos agrícolas, insumos agropecuários e medicamentos – conforme lei complementar – sejam incluídos na menor alíquota do ICMS. Porém, cálculos apresentados pelos secretários estaduais



Osmar Dias adverte que municípios do Sul perdem com criação de fundo regional

de Fazenda apontaram perdas de mais de R\$ 4 bilhões na arrecadação, o que seria inviável.

O governo acenou com a possibilidade de elevação da alíquota mínima do ICMS de 4% para 7% e a criação de um fundo, de cerca de R\$ 2 bilhões,

que serviria como um seguro-receita para eventuais perdas de arrecadação pelos estados. Mas os governadores querem que esses mecanismos também sejam previstos em lei.

Governadores e prefeitos não estão satisfeitos ainda com o desconto dos recursos previstos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) da arrecadação do IR e do IPI (cerca de R\$ 1,9 bilhão) ser feito antes do repasse para o FPM e para o Fundo de Participação dos Estados (FPE), já que implicaria uma redução em relação aos repasses feitos atualmente. O senador Osmar Dias (PDT-PR) denunciou em Plenário, na semana passada, que, com o FNDR, o FPM será reduzido para atender a acordo com as bancadas do Nordeste, em prejuízo dos municípios do Sul do país.



Na reunião presidida por Antonio Carlos, Demostenes apresenta seu relatório: sabatina dos candidatos pela CCJ

Ministério Público e Justiça se aproximam do controle

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposição com os critérios para escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público – órgãos de fiscalização do Judiciário e do Ministério Público criados pela reforma constitucional promulgada em 8 de dezembro de 2004. A norma estabelece prazo de 180 dias para a instalação dos conselhos. A matéria segue para a Mesa do Senado.

O relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) prevê que todos os indicados sejam sabatinados pela CCJ, antes da votação em Plenário. Em caso de rejeição, o órgão terá 15 dias para fazer nova indicação.

As indicações devem ser acompanhadas de currículo e

de uma declaração informando, se houver, os parentes até o terceiro grau que trabalhem no órgão a ser fiscalizado. Para Demostenes, isso denotará o grau de isenção do indicado.

Impedimento gera polêmica

– Como ele poderá fazer a investigação de servidores do Judiciário se tiver número excessivo de parentes? Isso talvez inviabilize o controle – justificou.

A idéia recebeu o apoio da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), mas a oposição do senador Edison Lobão (PFL-MA), para quem a norma vai além do que estabelece a Constituição. "No máximo, ele se diria impedido de julgar em determinados casos", ponderou Lobão.

Comissão aprova relatório prévio sobre assassinato

A comissão externa que acompanha as investigações do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang aprovou na última quarta-feira (23) o relatório prévio com as conclusões dos seus trabalhos. O documento, com 60 páginas, foi distribuído aos oito senadores e será discutido em nova reunião, marcada para esta terça-feira, às 9h.

No mesmo dia, às 15h, os senadores voltam a se reunir para consolidar e aprovar o relatório final e entregá-lo ao presidente da Casa, Renan Calheiros, para que o encaminhe ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao governador do Pará, Simão Jatene.

A comissão do Senado, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), acom-

panhou as investigações das polícias Federal e paraense e realizou audiências com autoridades públicas.

Relator sugere ações do governo na região

Segundo o relator da comissão, senador Demostenes Torres (PFL-GO), o trabalho apresenta conclusões sobre o possível consórcio criado para cometer assassinatos no Pará e faz várias sugestões e propostas para os governos federal e do Pará nas áreas agrária e ambiental.

– É preciso que os governos federal e estadual garantam recursos suficientes para a implementação efetiva de ações naquela região, a fim de que as pessoas daquela localidade tenham paz e possam trabalhar melhor – afirmou.

Missão complexa começou há dois anos

A reforma tributária foi enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso em 30 de abril de 2003, com o objetivo de ampliar a base de contribuintes, reduzir a evasão fiscal, melhorar a fiscalização e eliminar a guerra fiscal entre os estados. A esses objetivos, afirma a exposição de motivos assinada pelos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Casa Civil, José Dirceu, se somavam ainda os compromis-

os de que os entes federados não teriam redução de suas receitas e não haveria aumento da carga tributária.

Diante de uma missão tão complexa, até o fim do ano, senadores e deputados só conseguiram chegar a um consenso quanto à necessidade de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação das Receitas da União (DRU), como formas de manter

o ajuste fiscal, consoante com as metas definidas em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas medidas fazem parte da Emenda Constitucional 42, promulgada em 31 de dezembro de 2003.

O Senado negociou com o governo outras alterações no sistema tributário, incluindo a unificação da legislação do ICMS e o FNDR. São esses dispositivos que se encontram agora em tramitação na Câmara.

Projeto adia por cinco anos registro único de identidade

Projeto de lei que prorroga por cinco anos o prazo para instituição do número único de registro de identidade civil, determinado pela lei 9.454/97, foi aprovado na quarta-feira (23) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo a lei que se pretende alterar, os documentos de identificação emitidos em desacordo com ela perderiam validade cinco anos após

a promulgação, em 1997.

Assim, segundo o relator da matéria, senador Demostenes Torres (PFL-GO), desde 8 de abril de 2002, todos os brasileiros estão sem documentos com valor legal. O número de registro único de identificação civil não foi emitido por "desídia" das autoridades em regulamentar esta lei, acrescentou. O projeto (PLS 76/02) tem decisão terminativa na CCJ.

MICROCRÉDITO

Banco Popular deverá evitar desvio no Fome Zero

Com oito meses de funcionamento, quase 6 mil pontos de atendimento e 1,35 milhão de clientes, o Banco Popular do Brasil (BPB) poderá ser o caminho para o governo acabar com irregularidades nas transferências diretas de renda do Fome Zero. O presidente do BPB, Ivan Guimarães, também informou à CAE que a instituição está se preparando para pagar esses benefícios por crédito bancário.

Para tanto, o cadastro do BPB está sendo cruzado com o do Bolsa-Família, para checagem da qualidade das informações. Ao fim, será selecionado o melhor entre os dois. Segundo Guimarães, a implementação do crédito em conta poderá demorar de dois a três anos. Esse procedimento, continuou, diminuirá custos e evitará desvios na concessão dos benefícios. "A meta é chegar a 8 milhões de clientes", afirmou.



Ivan Guimarães, do BPB, disse que benefícios poderão ser creditados em conta do banco

Na última terça-feira, em meio a protestos exaltados dos opositoristas contra exibição de vídeo institucional do BPB no início da reunião, Guimarães foi questionado principalmente sobre os R\$ 24 milhões gastos em publicidade para construir a marca do banco.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos autores do requerimento para a audiência, considerou o valor excessivo, se comparado ao resultado operacional do BPB, de apenas R\$ 700 mil em 2004, e ao volume de aplicações, de R\$ 40 milhões. O senador criticou o direcionamento do banco para crédito popular, em vez de atender microempreendedores, e foi o primeiro a pedir reunião fechada da CAE para obter números do balanço trimestral de 2005.

Guimarães acabou revelando que a receita operacional saltou para R\$ 3 milhões em fevereiro e que a meta é atingir R\$ 200 milhões ao final deste ano. Subsidiária do Banco do Brasil, o BPB possui 81 funcionários, concede créditos de uso livre entre R\$ 50 e R\$ 600, a taxas de 2% ao mês (valor médio de financiamento de R\$ 63), com pagamentos parcelados de seis a 12 meses, por intermédio de rede de pequenos estabelecimentos comerciais. Com a MP 226, ampliará sua atuação, repassando recursos para Oscips e SCMs, que serão auditadas pelo Banco do Brasil por meio de convênio.

Financiamentos concedidos

(de julho/2004 a fevereiro/2005 - em R\$ mil)



Audiência com Palocci pode destrancar pauta



Uma das bandeiras do governo Lula, a concessão de crédito para microempreendedores será votada no Plenário esta semana, desbloqueando a pauta. Quem garante é o presidente do Senado, Renan Calheiros, porque a matéria impede as votações há sete sessões plenárias. A liderança do governo aposta que o comparecimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nesta terça-feira, atrairá quórum e favorecerá a retomada das votações das medidas provisórias que tramam as deliberações do Plenário.

Primeira da lista de três, a MP 226/04, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), deverá ser votada na terça-feira, se o governo demover o PSDB do seu intento de realizar reunião fechada da CAE, no dia seguinte, com o presidente do Banco Popular do Brasil (BPB), Ivan Guimarães, para conhecer o ba-



Jereissati e Virgílio comandam, na Comissão de Assuntos Econômicos, a oposição à medida provisória sobre microcrédito

lanço trimestral de 2005.

O argumento é de que um dos próprios autores do requerimento aprovado na CAE na terça-feira passada (22), o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), reconheceu publicamente a dificuldade de guardar sigilo após as reuniões fechadas no Congresso. Além disso, as principais divergências técnicas levantadas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foram superadas.

(Ver matéria abaixo.)

O governo, porém, ainda terá de convencer o PSDB de que a discussão sobre microcrédito poderá ser aprofundada mesmo depois de a MP 226 ser votada no Plenário. Se surtir efeito, a audiência pública com o diretor de Normas do Banco Central, Sérgio Darcy, solicitada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e aprovada na CAE, não precisará preceder a votação da MP.

Controle sobre operadores terá mais rigor

O acordo que produziu nova versão para o relatório da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) endurece as normas de controle e monitoramento sobre as instituições de microcrédito - 207 organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e 50 sociedades de crédito ao microempreendedor (SCMs), segundo levantamento do governo. A pedido de Jereissati, haverá maiores exigências para evitar distorções no PNMPO, criado para gerar emprego e renda.

Outra providência solicitada pelo senador do PSDB, e acatada pela relatora, prioriza os financiamentos de menor valor, impedindo que os recursos migrem para clientes que podem ser atendidos pelo mercado. Esse direcionamento, dentro do limite de enquadramento dos tomado-



Ideli Salvatti acata, em seu relatório, as propostas de Jereissati para aprimorar a MP

res de até R\$ 60 mil de renda bruta anual, estará explicitado na regulamentação da MP 226/04.

Os juros, fixados em até 4% ao mês, constarão, segundo Ideli, do decreto que regulamenta a MP (Decreto 5.288/04). As agências de fomento, conforme o relatório,

não farão empréstimos diretos nos locais onde atuarem como repassadoras de recursos para instituições de microcrédito.

A relatora esclareceu que o programa não inova, mas aprimora o que já existe no país, evitando problemas como o que ocorreu com o Banco do Nordeste, que enfrentou grande volume de ações trabalhistas movidas pelos agentes sociais de crédito. Outra experiência malsucedida, segundo o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), foi do BNDES, que repassou recursos para 25 organizações não-governamentais, atingiu somente 60 mil clientes e registrou inadimplência elevada, de 9%. A MP, conforme o governo, foi um pedido urgente das instituições de microcrédito, muitas delas prestes a desativar atividades.

ACM apresenta proposta de relatório para recriação da Sudene

Durante audiência pública realizada na terça-feira (22) pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou sua proposta de parecer ao Projeto de Lei da Câmara 59/04, que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O senador afirmou que o projeto encaminhado pelo governo federal estava "eivado de falhas e, por isso, merece correções". Ele também declarou que não pretende redigir o relatório final antes de apreciar os comentários e sugestões dos integrantes da CDR.

- Este projeto é essencial para que a região Nordeste seja retomada como prioridade político-econômica do país - afirmou o senador Tasso Jereissati

(PSDB-CE), presidente da CDR.

Para Antonio Carlos, a nova agência não pode se limitar "a um planejamento e a uma estratégia concebidos exclusivamente em Brasília". E, por essa razão, destacou a necessidade de um conselho deliberativo "forte". Além disso, também ressaltou que a região não pode ser tratada de maneira uniforme.

- Um estudo do economista Roberto Cavalcanti indica que o Nordeste poderia ser dividido pela Sudene em nove áreas - explicou o senador.

Já o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) manifestou seu apoio à proposta de ACM, mas ressaltou ser necessário maior vontade política para a viabilização do projeto. "Não tenho certeza de que essa vontade exista no Executivo", frisou.

Governadores e prefeitos serão ouvidos sobre orçamento impositivo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a realização de audiências públicas com governadores e prefeitos para discutir emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC 22/00) que institui o orçamento impositivo. As emendas foram apresentadas pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O presidente da CCJ e autor da PEC, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), relutou em aceitar a sugestão apresentada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e defendida por Mercadante, ponderando que os prazos regimentais para esse tipo de procedimento estariam esgotados. En-

tretanto, após ouvir os integrantes da CCJ, acatou a proposta, com o compromisso de que será estabelecido calendário para votação da matéria, sugestão dada pelo

líder do PFL, José Agripino (RN). Antonio Carlos disse que deixará também aos governadores e prefeitos a opção de apresentar as sugestões por escrito. Ele observou ainda que a PEC tramita há cinco anos.

O líder do governo ponderou, no entanto, que a matéria terá impacto em todos os entes da Federação e que, por isso, necessita de amplo debate. "Estabelecer um novo padrão de orçamento em todos os entes federados é uma grande mudança", acrescentou.

Objetivo é avaliar impacto da mudança nos estados e municípios

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Direito do consumidor, questão de cidadania

A consciência do brasileiro sobre seus direitos de consumidor está ligada à democracia e à cidadania, afirmou em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita. A audiência foi realizada, na terça-feira (22), para informar os membros do colegiado sobre os direitos do consumidor, tema que, a partir deste ano, passou a fazer parte das atribuições da comissão.

Morishita falou ainda sobre a importância de combater a pirataria e lembrou que a disseminação da defesa do consumidor está ligada ao “desenvolvimento

econômico das empresas e do país”. O especialista informou que, na década de 70, começaram a surgir os primeiros órgãos de defesa do consumidor no Brasil e que nos anos 90 foi aprovado o Código de Defesa do Consumidor.

– Hoje, o consumidor não aceita ser comprado pelas empresas. Ele quer mais do que apenas o produto consertado ou o dinheiro de volta – assegurou.

Morishita disse que, atualmente, cinco Procuradorias de Defesa do Consumidor (Procons) estão com o funcionamento harmonizado e com bancos de dados integrados.

A assessora jurídica do Procon do Distrito Federal, Alessandra de Almeida Camargo, afirmou que o número de reclamações

no Procon aumenta ano a ano, sendo a maioria dos atendimentos feita pessoalmente.

Para o coordenador executivo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Sezifredo Paz, as conquistas são resultado de “uma dura luta de órgãos de defesa do consumidor”.



Sezifredo Paz, Alessandra Camargo, senador Leomar Quintanilha e Ricardo Morishita: indícios claros de maior conscientização

Quintanilha quer tornar tramitação mais ágil

Na audiência pública sobre defesa do consumidor, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse esperar que ações conjuntas das instituições de proteção do consumidor gerem um quadro de menos reclamações a esses órgãos no futuro. Presidente da CMA, Quintanilha afirmou que há 114 proposições que tratam da defesa do consumidor no Senado e

que a comissão pretende agilizar a discussão dessas matérias.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) contou que fez parte da primeira comissão parlamentar de inquérito que tratou da proteção ao consumidor. Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a iniciativa da comissão de promover a audiência e ressaltou a importância da atuação dos

órgãos de defesa do consumidor do Pará.

A comissão aprovou ainda requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que seja realizada, em conjunto com as comissões de Desenvolvimento Regional (CDR) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), audiência pública com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Teatro será assunto para subcomissão permanente

O teatro nacional passará a ser tema de uma das subcomissões ligadas à Comissão de Educação (CE). O acompanhamento das artes cênicas será feito pela nova Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, segundo requerimento dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

A idéia da inclusão do teatro na antiga Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática teve origem em audiência pública realizada em dezembro com a participação de profissionais ligados ao setor. No encontro, eles pediram aos senadores a criação de um foro

permanente de debate sobre o teatro.

Foi decidido também que os assuntos relativos à área de informática passarão a ser tratados por outra subcomissão permanente – a de Ciência e Tecnologia. As medidas foram elogiadas pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A CE acolheu as indicações dos nomes de Nilson Rodrigues da Fonseca e Manoel Rangel Neto para exercerem o cargo de diretores da Agência Nacional do Cinema (Ancine). As indicações do presidente da República foram aprovadas por 17 votos e ainda dependem de exame do Plenário.



Hélio Costa

PEC do Plano Nacional de Cultura pode ser votada

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a PEC 57/03, que cria o Plano Nacional de Cultura. A proposta irá democratizar o acesso aos bens culturais e pode ser votada esta semana no Senado.

Comissão longe de consenso sobre tramitação de MPs

A comissão mista especial que analisa mudanças na tramitação das medidas provisórias precisará realizar novas reuniões para chegar ainda a um consenso entre líderes do governo e dos partidos políticos sobre os mecanismos a serem adotados.

Participaram do encontro, na terça-feira (22), o presidente do Senado, Renan Calheiros, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o relator, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF).

Ainda há muita divergência em torno do tema. O senador Antonio Carlos Magalhães, por exemplo, defende a tramitação simultânea de apenas cinco me-

das provisórias em cada uma das Casas parlamentares e, assim mesmo, em um prazo máximo de cem dias. O relator da matéria, Sigmaringa Seixas, quer adotar o prazo de 120 dias corridos para a tramitação, sem limite para o número de MPs.

– O consenso é fundamental, tendo em vista que uma MP exige quórum qualificado – disse Sigmaringa Seixas.

Outros pontos de divergência dizem respeito à definição precisa, na Constituição, dos assuntos passíveis de serem tratados por MPs e a tramitação alternada das medidas, como querem os senadores. Atualmente, uma MP começa a tramitar obrigatoriamente pela Câmara.

Projetos

Antero propõe mudanças nas CPIs

Para auxiliar os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou proposta que aumenta em dois terços a pena para o agente público que adquirir vantagens utilizando informações constantes de inquérito, investigação ou de CPI (PLS 37/05), e a que cria a Lei de Inquérito Parlamentar, ampliando o poder das CPIs (PLS 41/05). Ele também propõe o fim da limitação do prazo para interceptação telefônica pela Justiça, a manutenção pelas empresas dos dados telefônicos por no mínimo três anos (PLS 44/05) e a fiscalização das empresas de factoring (PLS 43/05).

Autonomia do Banco Central

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), apresentou proposta que dispõe sobre a autonomia do Banco Central (PLS 73/05). O tema faz parte da agenda econômica do governo e vai começar a ser discutido pela Comissão de Assuntos Econômicos no próximo mês.

Plano de saúde, só com exame prévio

As companhias de seguro de saúde poderão exigir que o segurado se submeta, antes de adquirir a apólice, a uma avaliação médica. É o que prevê projeto de lei apresentado pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF). Ele sugere ainda que sejam anulados os contratos que contenham declarações inexatas ou omissão de circunstâncias em questionário sobre o estado de saúde do segurado (PLS 70/05).

Financiamento eleitoral em teste

Para testar um dos principais dispositivos da reforma político-partidária, o financiamento público das campanhas, o senador José Jorge (PFL-PE) apresentou proposta que determina a adoção desse sistema nas eleições municipais. Para ele, é a oportunidade de aperfeiçoar a medida e expandi-la, em caso de sucesso, para as campanhas eleitorais estaduais e nacionais.

Proteção aos grupos culturais

Proposta apresentada pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ) inclui nos objetivos do Programa Nacional de Apoio à Cultura a proteção das expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira (PLS 69/05).

Cotas de emprego para maiores de 45

As empresas com mais de 50 empregados podem ser obrigadas a oferecer, no mínimo, 20% das vagas de seus quadros de pessoal a trabalhadores com idade igual ou superior a 45 anos, de acordo com proposta apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O projeto, na avaliação do senador, propõe justiça social ao proteger o trabalho “dos que muito já contribuíram e ainda muito têm a contribuir para a economia nacional”.

Jefferson sugere mudança na CLT

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pretende alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar que o contrato de trabalho poderá ser suspenso por dois a cinco meses para que o empregado participe de curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, ou quando o patrão não puder manter o nível da produção por conta de crise econômico-financeira (PLS 76/05). “A idéia é que, nos casos de efetiva dificuldade econômica, a empresa conte com mais uma opção à imediata demissão de mão-de-obra”, justificou.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 2 e 22 de março

PLENÁRIO

Maguito elogia a atuação do Banco Popular

Maguito Vilela (PMDB-GO) classificou, na última quarta-feira, o Banco Popular do Brasil como uma "grande iniciativa" do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O senador disse que a instituição promove a inclusão bancária e a democratização do acesso ao crédito no Brasil. O parlamentar afirmou também que cada novo cliente passa a ser um cidadão, que pode usufruir as vantagens de movimentar uma conta corrente.

Capiberibe quer divulgar imposto dos produtos

A divulgação ao consumidor do valor dos impostos de cada produto foi defendida pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), autor de projeto nesse sentido em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele previu que os cidadãos cobrarão do Estado serviços mais eficientes, ao tomar conhecimento dos impostos que pagam a cada vez que entram em uma loja ou supermercado.

Antero cobra a conclusão da BR-163

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) comunicou ter apresentado requerimentos aos ministérios dos Transportes e da Fazenda e à Casa Civil em que solicita informações sobre o motivo pelo qual o asfaltamento da rodovia BR-163 não está incluído entre as obras que serão financiadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O parlamentar destacou que a rodovia, que liga Cuiabá a Santarém, no Pará, é de importância fundamental para o agronegócio brasileiro.

Flexa Ribeiro pede liberação de verba ao Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou a "morosidade" do governo federal em liberar os R\$ 12,8 milhões prometidos para a implementação de ações emergenciais visando resolver o conflito agrário e a violência rural no Pará. Segundo ele, as verbas se destinam à construção de duas delegacias especializadas em conflito agrário, à compra de viaturas, equipamentos de comunicação e embarcações para a polícia militar e interiorização do Instituto Médico Legal (IML).

Agripino é contra o aumento do subteto

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), anunciou na quarta-feira (23) que vai reunir a bancada do partido para discutir a mudança introduzida pela Câmara dos Deputados na proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Senado conhecida como PEC Paralela, que modifica a reforma da Previdência. Os deputados aprovaram modificação que aumenta o subteto de pagamento de algumas categorias de funcionários públicos estaduais. Isso, na opinião do senador, poderia levar o governo a majorar impostos.

Agripino também discutirá com a bancada projeto aprovado na Câmara que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), aumentando o número de idosos e deficientes que recebem benefícios. A medida pode causar impacto nos gastos públicos da ordem de R\$ 26,1 bilhões ao ano, advertiu. O par-



José Agripino informa que vai reunir bancada do PFL para discutir mudança introduzida pela Câmara na PEC Paralela

lamentar considerou a proposta "impraticável", observando que foge à razoabilidade.

Sobre a Medida Provisória (MP) 232/04 – que reajusta a tabela do Imposto de Renda e eleva tributos de prestadores de serviços –, Agripino afirmou

que "não há acordo", o PFL ficará contra a proposição.

– Nessa medida provisória não tem acordo. O governo não conte com o PFL. O partido não sentará à mesa de negociação, votará contra, porque chega de impostos.

Eduardo apóia consórcio intermunicipal

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) informou que participaria, na última quinta-feira, de encontro com produtores rurais em Lagoa da Confusão (TO). O evento, reunindo prefeitos tocantinos, discutiria a criação de mais um consórcio intermunicipal para a aquisição de equipamentos agrícolas, destacou.

– Os prefeitos vão dividir a responsabilidade pela utilização das máquinas. O Tocantins possui 139 municípios, em 15 regiões administrativas, e ainda temos muita dificuldade para o escoamento da produção. A criação das associações intermunicipais tem o apoio de toda a bancada do estado – afirmou.

Segundo o senador, as prefeituras não dispõem de recursos para



Eduardo Siqueira Campos pede a construção de hidrovias e o término da Ferrovia Norte-Sul

incentivar a produção agrícola. "Elas contam praticamente com as emendas de bancada, pois a variação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é

enorme e a folha de pagamento só aumenta, além da queda na arrecadação", acrescentou.

Eduardo observou que o seu estado conta com dois grandes rios, o Tocantins e o Araguaia, além de 2 mil afluentes e um regime regular de chuvas. "O estado é um dos maiores produtores de soja e carne, queremos transformar os rios em hidrovias e defendemos a conclusão da Ferrovia Norte-Sul", assinalou.

O senador é a favor do desenvolvimento de sementes de arroz adequadas ao clima e solo da região pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Para isso, vem mantendo encontros frequentes com o Ministério da Agricultura e produtores rurais.

Simon critica microcrédito por meio de MP

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou quarta-feira (23) a decisão do governo federal de disciplinar a concessão do chamado microcrédito por meio de medida provisória (MP), instrumento legal que, na sua opinião, é restritivo e impede maior participação da sociedade e dos próprios parlamentares na discussão do problema.

– A MP só tem sentido em casos urgentes. Assuntos como crédito ficariam melhor se tratados por projetos de lei – disse o senador, autor do PLS 505/03, que dispõe sobre a concessão de empréstimos para microempreendedores e

que está parado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Simon, infelizmente o Brasil não vem recorrendo ao potencial econômico representado pelas pequenas e microempresas, ao contrário do que ocorre na Itália, onde 70% da produção industrial esta-

tariam concentrados nas mãos de empreendimentos familiares, de, no máximo, dez trabalhadores. O parlamentar afirmou que o Rio Grande do Sul é a região ideal para a execução de modelo semelhante ao italiano, tendo em vista a capacidade empreendedora de grande parte da população.

Na sua avaliação, a MP do Microcrédito (226/04) incorre em grave erro, ao conceder apenas empréstimos pessoais. Para ele, o crédito colocado à disposição pelo governo deveria atender, fundamentalmente, redes de microempresas.

Mais investimento na área educacional

Atendendo a requerimento de Pedro Simon e Sérgio Cabral (PMDB-RJ), o ministro da Educação, Tarso Genro, comparecerá nesta quarta-feira a audiência na Comissão de Educação para falar sobre a sua proposta de trocar parte da dívida externa por investimentos em educação. A medida vem sendo adotada com sucesso na Espanha e em outros países.

Heloísa aponta mentira sobre a transposição

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que a nova peça publicitária do governo federal sobre o projeto de transposição do rio São Francisco é "mentirosa". – É mais uma propaganda enganosa, feita para ludibriar o nordestino, um povo tão sofrido que vem sendo enganado ao longo da história por fórmulas mágicas e projetos faraônicos que, supostamente, iriam resolver o problema [da seca], mas não resolvem.

César Borges condena o projeto

César Borges (PFL-BA) voltou a condenar a transposição de águas do rio São Francisco. Na opinião do senador, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva age de forma "desonesta", ao transmitir à sociedade a idéia de que as pessoas que apresentam argumentos contrários ao projeto fazem parte de uma oligarquia que não quer melhorar as condições de vida do povo nordestino.

Costa sugere alteração na MP do Biodiesel

Hélio Costa (PMDB-MG) pediu aos senadores, na quarta-feira (23), que discutam a Medida Provisória 227/04, que trata da produção e da importação de biodiesel.

Para o parlamentar, a matéria precisa ter alterados alguns pontos, que ele considera incoerentes. Como exemplo, citou a obrigatoriedade, imposta pelo texto enviado ao Congresso, de os interessados possuírem um registro especial, concedido pela Receita Federal, para produzir e importar o biodiesel.

Jonas exige mudança no Código Florestal

Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez um apelo às lideranças para a votação do projeto que altera o Código Florestal, em tramitação no Congresso desde 1996. A demora vem criando intranquilidade no meio rural, dando fôlego aos que alimentam outros interesses que não a preservação do meio ambiente, alertou. Ele disse que o Congresso tem o dever de apreciar a matéria, procedendo às alterações e aperfeiçoamentos que julgar cabíveis.

PLENÁRIO

CAS terá debate sobre previdência de policial

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou em Plenário quarta-feira (23) requerimento para realização de audiência pública para debater com os militares as mudanças introduzidas pela Câmara na PEC Paralela da Previdência (PEC 227/04). O encontro está marcado para 7 de abril, às 10h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A PEC Paralela, aprovada pela Câmara no último dia 16, incluiu os delegados de polícia e algumas carreiras funcionais no subteto de 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Paim, isso gerou descontentamento entre os policiais militares, que agora reivindicam a mesma prerrogativa. A audiência contará com a participação de representantes da Advocacia Geral da União (AGU) e comandantes da Polícia Militar e outras categorias,

a serem definidas pela Subcomissão do Trabalho e Previdência da CAS, acrescentou.

- A inclusão de procuradores, defensores públicos, advogados e agentes de polícia como detentores do direito ao teto de desembargadores gerou conflitos. A audiência pública vai ouvir as partes envolvidas para equalizar o tema, pois a PEC Paralela é oriunda de acordo desta Casa, que deve ser considerado - enfatizou Paim.

Na opinião do representante do Rio Grande do Sul, a Câmara não cumpriu o acordo feito no Senado entre governo e oposição.

Ele leu carta de protesto dos oficiais militares, que não foram contemplados com a emenda. Segundo Paim, a diferença entre o teto salarial dos oficiais militares estaduais e o dos delegados da



ROOSEVELT PINHEIRO

Para Paim, as mudanças da Câmara na PEC Paralela geraram conflitos

Polícia Civil trará prejuízos para a segurança pública por comprometer os ideais de integração das polícias.

- Compete ao Senado buscar uma saída para esse impasse, já que tínhamos colocado no mesmo patamar as carreiras jurídicas e militares, e a Câmara alterou o texto - concluiu.

Paim aproveitou para registrar o aniversário de 233 anos de Porto Alegre no dia 26 (sábado).

Senadora pede atenção a gravidez precoce

Em 2002, 20% de todos os partos no Brasil foram de mães com idades entre 15 e 19 anos. O percentual foi considerado alarmante pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que pediu aos senadores para trazer o problema para o Congresso e encontrar uma forma de minimizá-lo.

- A gravidez precoce não ocorre sozinha. As adolescentes também são vítimas da Aids e, conforme o Ministério da Saúde, infelizmente as meninas representavam, em 2002, 63% dos infectados por Aids na faixa etária entre 13 e 19 anos - afir-

mou a senadora.

Lúcia Vânia disse que a situação se torna mais crítica porque essas adolescentes, que nem sempre têm acesso a tratamento médico a tempo de controlar a doença, também transmitem o vírus HIV para seus bebês. Assim, ainda de acordo com o Ministério da Saúde, até 2002 haviam nascido 6.700 crianças com Aids, sendo que aproximadamente 30% delas poderiam morrer antes da adolescência.

A senadora citou artigo recente do jornalista Gilberto Dimenstein, na *Folha de S. Paulo*, que

mostrou como vem alcançando sucesso o programa Casa do Adolescente, da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo, em parceria com a Universidade de São Paulo. Segundo ele, as meninas que ingressavam no programa conheciam praticamente tudo sobre prevenção e gravidez. Os especialistas concluíram então que o problema estava na falta de projeto de vida das adolescentes, e o programa procurou elevar a auto-estima do grupo. De acordo com a senadora, em cinco anos, o número de partos entre as participantes caiu 26%.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu de sindicalistas contrários ao projeto de reforma sindical anunciado pelo governo federal documento com proposta alternativa. Estiveram com Renan, entre outros, os presidentes da CGT, Antônio Carlos Salim; da CNTI, José Calixto; e da Contec, Lourenço do Prado; e a secretária de política social da CUT, Gilda Almeida de Souza.

Renan recomenda retirada da MP 232

Renan Calheiros recomendou ao governo federal que retire da pauta do Congresso a MP 232/04, que reajusta a tabela do Imposto de Renda e aumenta impostos para prestadores de serviços. "O assunto realmente preocupa, divide posições", afirmou. Para ele, a

retirada daria mais tempo para negociar.

Renan disse que conversará com o líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), sobre a indicação de um novo relator para a MP, pois o ex-relator, Romero Jucá (PMDB-RR), foi empossado ministro da Previdência Social.

Curtas

CORTE DE GASTOS - Renan Calheiros assegurou que não haverá aumento dos gastos realizados pelos senadores em seus gabinetes. "Não houve e não vai haver; isso já foi decidido na última reunião da Mesa." Renan reiterou que não existe verba de gabinete no Senado, como na Câmara, e que esta aumentou a verba indenizatória dos deputados, mas "a Mesa do Senado já decidiu que não vai aumentar".

ABORTO - Em visita a Renan, a ministra Nilcéa Freire (Políticas para as Mulheres) pediu a indicação de três representantes da Casa para integrar a comissão do Executivo que pretende rever a legislação sobre o aborto. O grupo estudará projetos em tramitação e ouvirá a sociedade para apresentar proposta. A bancada feminina no Senado deverá definir os critérios para a indicação dos integrantes.

CHESF - O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) por ter evitado a divulgação de acidente ocorrido em 16 de dezembro na Usina de Boa Esperança, em Guadalupe (PI), em que morreram duas pessoas. "Minha preocupação é com as vidas perdidas e com o fato de a empresa estar sendo acusada de negligência", afirmou. Segundo o senador, o relatório sobre o acidente não é conclusivo. A empresa foi multada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em R\$ 13,7 milhões.

UNIVERSIDADE - Papaléo Paes (PMDB-AP) criticou dispositivo do anteprojeto de reforma do ensino superior que transforma as pequenas universidades públicas em centros universitários. Conforme Papaléo, a medida pode prejudicar instituições como a Universidade Federal do Amapá (Unifap). O senador pediu que o governo leve em consideração a realidade local e regional. Para ser considerada universidade, a escola deve oferecer ao menos três cursos de mestrado e um de doutorado, reconhecidos pelo Ministério da Educação. Por não atender à exigência, a Unifap se tornaria centro universitário.

SAÚDE - O estado do Rio Grande do Sul pode enfrentar um caos na saúde semelhante ao que vem ocorrendo no Rio de Janeiro, caso o governo federal não reajuste os valores dos gastos médico-hospitalares referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), congelados desde 2002. A advertência é de Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Ele informou que o déficit médio acumulado entre 2003/2004 é de R\$ 83 milhões, resultado, segundo ele, da promessa do

Ministério da Saúde de reavaliar os valores repassados para o SUS até março de 2004, o que ainda não foi feito.

- Enquanto isso, como não se pode deixar de atender à população, os gastos continuam, inclusive com o pagamento das prestadoras de serviço - disse Zambiasi, ao informar que o governo gaúcho vem realizando um "tapa-buraco" por meio da transferência de recursos de outros programas.

ENSINO SUPERIOR - Sibá Machado (PT-AC) comemorou a criação da Universidade da Floresta em Cruzeiro do Sul (AC), no âmbito da Universidade Federal do Acre. Sibá explicou que a instituição será especializada no estudo da biodiversidade da região aproximando o conhecimento dos moradores locais do meio acadêmico. "É um novo jeito de fazer ciência", considerou. Em julho, ocorrerá o primeiro vestibular, com 120 vagas para os cursos de biologia, enfermagem e engenharia florestal. Sibá parabenizou os ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, e salientou o apoio da USP, Unicamp e UnB.

DESEMPREGO - Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu ao governo que reveja as metas de inflação e as taxas de juros a fim de reduzir o desemprego no Brasil. Ele considerou o aumento do índice de desemprego em fevereiro, divulgado pelo IBGE (de 10,2% para 10,6% da população economicamente ativa), "a notícia mais triste que podíamos ter antes da Páscoa". Crivella afirmou que o "estoque de desempregados já passa de 20 milhões". Para ele, esse é um dos fatores que levam jovens a viajar ilegalmente aos Estados Unidos e acabam "presos, humilhados e deportados". Segundo Crivella, em 2003 o número foi de 4.300, subindo para 8.500 em 2004; e 10 mil até o momento.

MP DOS IMPOSTOS - O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que "não há acordo" que remova o partido da posição contrária à Medida Provisória (MP) 232/04, que reajusta a tabela do Imposto de Renda e eleva impostos para prestador de serviço. - Nessa MP não tem acordo. O governo não conte com o PFL. O partido não sentará à mesa de negociação.

Segundo Agripino, a bancada do PFL discutirá o projeto aprovado na Câmara que modifica a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) ampliando o número de idosos e deficientes que recebem benefícios. A medida pode aumentar em R\$ 26,1 bilhões os gastos públicos. O PFL também discutirá as mudanças da Câmara à PEC Paralela da Previdência.

BRASILGUAIOS - Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo às autoridades paraguaias para que revejam a decisão de expulsar de seu território os chamados brasilguaiois - trabalhadores brasileiros radicados no Paraguai. Ele teme uma deportação em massa, de forma indiscriminada e injusta. Para Suplicy, tal medida contraria os objetivos do Mercosul, que, desde as

primeiras negociações, em 1991, caracterizou-se pela busca pragmática de um espaço integrado, em que as pessoas pudessem circular livremente, "como se a geografia fosse despida de amarras políticas, que se materializam nas fronteiras e na separação de espaços contínuos". O senador ponderou que a expulsão sem critérios agravaria os problemas sociais da região.

Voz do Leitor

CONSELHOS TUTELARES

“Senadora Patrícia Saboya, solicito auxílio para tornar mais digno o trabalho dos conselheiros tutelares. Solicito também sua força para que seja criado em cada município um conselho tutelar, pois de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente cada município necessita de um.”

Júlio César Ribeiro Souza, de São Domingos do Maranhão (MA)

IMPOSTOS

“Senador Aloizio Mercadante, acredito que o governo federal deva reduzir o valor dos impostos, pois o salário mínimo não cobre todas essas tarifas.”

Élson Alves Sander, de Primavera (SP)

CORRUPÇÃO

“Senador Paulo Paim, gostaria que fosse apresentado projeto para facilitar o combate à corrupção nas três esferas do poder público. A proposta deveria estabelecer que, se o agente público estivesse envolvido em crimes de corrupção e fosse comprovada sua participação direta ou indireta, ele tivesse cassados seus direitos públicos perpetuamente e fosse banido da vida política e da carreira pública.”

Francisco Tadeu Simões, de Machado (MG)

PASSE LIVRE

“Senador Demostenes Torres, a obtenção do passe livre para deficientes em Iporá (GO) está sendo

dificultada. Gostaria que o senhor entrasse em contato com o Ministério dos Transportes para regularizar a situação, permitindo que os necessitados sejam atendidos.”

Micênio Lindoval da Silva, de Iporá (GO)

AMAZÔNIA

“Como cidadão, gostaria de pedir aos senadores cuidado especial com a Amazônia, que tem sofrido desmatamento, deixando em risco as futuras gerações. E há a cobiça de outros países que não cuidaram das suas reservas e agora querem cuidar do patrimônio dos outros.”

José Geovani Marques Costa, de Costa Marques (RO)

DESARMAMENTO

“Tenho ouvido, como principal argumento do ministro da Justiça, que o desarmamento acabaria com as mortes decorrentes de uma simples discussão. Porém, diz a Constituição que toda pessoa é inocente até que se prove o contrário. Tal princípio é ignorado pela campanha de desarmamento, quando considera que todo cidadão cometerá um crime diante de uma discussão. Há aqueles que não se controlam, e a Justiça deveria puni-los. Mas, como muitas vezes isso não acontece, pune-se o cidadão de bem pela mera possibilidade de cometer um crime. Armas não matam pessoas, pessoas é que matam pessoas.”

Renato Bezerra de Menezes Lobato da Costa, de Niterói (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

BENEFÍCIO PARA IDOSOS E DEFICIENTES

Reginaldo Ferreira da Silva, de Santa Maria do Pará (PA)

“Senador Flávio Arns, a renda dos idosos e dos deficientes, para fazer jus à Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), tem de ser igual ou inferior a um quarto do salário mínimo? É que, em casos de renda familiar per capita igual a R\$ 65, as solicitações do benefício estão sendo indeferidas pelo INSS.”

O senador Flávio Arns (PT-PR) responde:

Prezado Reginaldo, antes de responder sua pergunta é preciso destacar aos demais leitores que a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), à qual você se refere, estabelece a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso (a partir de 65 anos) que comprove não ter condições de se sustentar nem de ser sustentado por sua família. A análise do enquadramento de cada caso nas condições para o recebimento desse benefício é feita pelo INSS.

Quando o INSS analisa um pedido de benefício assistencial, seja para o idoso ou para a pessoa com deficiência, aplica ao pé da letra a regra do artigo 20, parágrafo 3º, da Lei 8.742/93, que prevê como “incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo”.

Renda per capita significa “por cabeça”. Ou seja, o INSS verifica o número de pessoas da família, soma a renda de todos os familiares e divide pelo número destes. Por exemplo, numa família de quatro pessoas composta por dois filhos (sendo um portador de deficiência), pela mãe (do lar) e pelo pai (com um salário mínimo registrado em carteira de trabalho), o INSS considera apenas a renda do pai (R\$ 260) e a divide por quatro, apurando R\$ 65 per capita. Nesse exemplo, como a lei estabelece que a renda “por cabeça” deve ser inferior a um quarto do salário mínimo, realmente, como você bem coloca em sua pergunta, o INSS acabará negando o benefício ao portador de deficiência da família, pois a renda por pessoa é exatamente igual a R\$ 65, e não inferior a esse valor.

Esse rigor na aplicação da lei ocorre porque o INSS, como órgão do poder público, deve obedecer ao princípio da legalidade, previsto na Constituição federal. Em outras palavras, o INSS deve atender exatamente ao que a lei prevê.

É importante destacar, porém, que o critério da renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo vem sendo questionado na Justiça. Em muitos casos, os juízes vêm afastando esse critério para levar em consideração outros fatores que demonstram a necessidade do benefício.

Sendo assim, mesmo em casos onde a renda per capita é superior a um quarto do salário mínimo, alguns juízes levam em consideração, por exemplo, gastos que a família do idoso ou da pessoa com deficiência possui, tais como despesas com água, luz, moradia, alimentação, remédios etc.

Acrescentamos que, sensíveis a essa nova realidade, estamos empenhando esforços aqui no Senado para que a atual legislação seja alterada. Nesse sentido, a exemplo das inovações trazidas pelo Estatuto do Idoso, é importante que o Estatuto do Portador de Deficiência preveja uma maior flexibilidade na concessão do benefício estabelecido na Loas.



Frases

“Quem dá calote são os milionários, os banqueiros”

Maguito Vilela, ao defender que é importante acreditar nos pobres, que estão sendo beneficiados com os créditos concedidos pelo Banco Popular do Brasil.

“A maior pérola é que foram gastos R\$ 24 milhões com propaganda”

José Agripino, criticando os gastos com publicidade feitos pelo Banco Popular do Brasil.

“A montanha pariu um rato”

Arthur Virgílio, comentando os resultados da reforma ministerial.

“O Severino é o homem mais poderoso do Brasil. Ele conseguiu suspender uma reforma que o governo colocou em discussão há seis meses”

José Jorge, sobre a decisão do presidente Lula de limitar a reforma ministerial à troca de dois ministros.

“Entendo que só os físicos, inspirados na Lei de Newton, expliquem a decisão do presidente. Nós não vamos colaborar para acirrar ânimos, de forma nenhuma”

Renan Calheiros, que citou a terceira Lei de Newton (toda ação provoca reação contrária de igual intensidade) ao ser perguntado sobre a decisão do presidente Lula de não ceder às pressões do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que pleiteava o Ministério das Comunicações para o PP.

“É a notícia mais triste que o país poderia ter na véspera da Páscoa”

Marcelo Crivella, ao lamentar o aumento do desemprego no país, o que, segundo ele, contribuiu para a crescente violência. O senador fez um apelo para que o governo reveja as metas de inflação e as taxas de juros, e assim combata o desemprego.

“É uma cortina de fumaça para enganar a população ribeirinha”

Maria do Carmo Alves, ao atribuir como falsa a informação de que a transposição do rio São Francisco tem como um dos principais objetivos a recuperação do mais importante rio de integração nacional.

“Sinto-me como um pequeno riacho desaguando em um grande rio, que é o PSOL, partido que já se avoluma no sentido de criar um tsunami no sentido de libertar o povo brasileiro”

Geraldo Mesquita Júnior, que estava sem partido, ao anunciar seu ingresso no PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Foto da Semana

A monotonia de uma semana geralmente esvaziada pelo feriado pascal foi quebrada por ativistas do Greenpeace. Em derradeiro protesto às vésperas do prazo final para a sanção da Lei de Biossegurança, que regulamenta o plantio de produtos transgênicos, eles estacionaram um veículo na calçada do Palácio do Planalto e enviaram as chaves ao presidente Lula pelo correio. O carro acabou sendo rebocado.



ANTÔNIO CRUZ/ABR

Rock and roll no Escala Brasileira

MIGUEL MELLO



Programa com Tuka Villa-Lobos vai ao ar na quinta-feira, às 23h

Destaque da programação cultural da Rádio Senado, o *Escala Brasileira* apresenta a roqueira Tuka Villa-Lobos, também conhecida como Loba. Ela começou a carreira aos 16 anos de idade, com seu tio Mayo Villa-Lobos, o líder do grupo Watt 69. Em novembro de 2004, Tuka Villa-Lobos lançou seu último trabalho, intitulado *Loba*, em que mistura música e teatro e, com irreverência, relembra as boas épocas do rock.

O CD traz composições da roqueira e parcerias com o astrólogo Francisco Seabra, Renato de Carvalho, Remy Portilho, Ruy Carlos Tolentino e Kiko Peres.

A atração, que vai ao ar na quinta-feira, às 23h, com

reprise no sábado, às 20h, apresenta as canções *Loba*, *Pedras Rolantes*, *Veneno Corda Curta (Cigano)*, *Miragem*, *Ausência*, *Astrologia*, *Liberdade* e *Biel*.

Ainda na programação cultural, será apresentado no domingo, às 8h, o *Brasil Regional*. O programa traz Carlos Malta, que faz uma releitura contemporânea das bandas de pífano. O grupo Pife Moderno conta com a flautista Andrea Ernst-Dias e a percussão de Marcos Suzano, Oscar Bolão e Durval Pereira. A banda toca repertório de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, entre outros autores brasileiros.

Conexão discute a PEC da Previdência

A PEC Paralela da Previdê-

dência, proposta criada pelos senadores com o objetivo de regulamentar e modificar pontos da reforma previdenciária aprovada em 2003, voltará a ser analisada pelo Senado neste semestre, depois de tramitar na Câmara dos Deputados por mais de um ano.

A proposta é o tema do programa de debates *Conexão Senado*, que vai ao ar na segunda-feira, às 12h. Entre os principais pontos do texto está a paridade entre salários de ativos e aposentadorias e pensões.

Por conta do feriado, o programa não será transmitido ao vivo.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Revista divulga informações legislativas há 41 anos

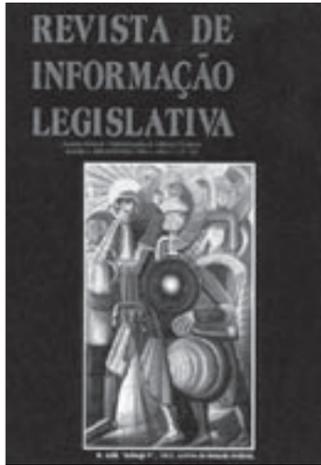
ALEXANDRE GUIMARÃES

Sempre aprofundando os estudos do Direito e de ciências afins, a *Revista de Informação Legislativa* divulga desde 1964, em circulação trimestral ininterrupta, trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, assim como artigos de colaboradores.

Em seu número 163, a revista expõe em 26 artigos temas da atualidade. Estudos sobre Direito Constitucional, Internacional, Administrativo e Comparado, além de tópicos de Filosofia do Direito são os destaques, e representam a maior parte da publicação.

Outros campos do saber também são abordados. No artigo "Direito Penal da Internet: o advento de novos fatos típicos", o professor Jorge José Lawand discorre sobre o impacto da rede mundial no Direito, relatando os projetos de lei acerca do tema e o comportamento dos tribunais brasileiros.

A legislação ambiental, de importância incontestável, não é deixada de fora. Em estudo marcado pelo primor e pela didática, o consultor da Câmara dos Deputados Amandino Teixeira Nunes Júnior traça as características gerais do emergente Estado Ambiental de Direito. Em conjunto com



o texto do procurador Leandro Novais e Silva, "O processo de globalização e a instabilidade dos modelos econômicos de Estado", dá uma visão completa dos paradoxos vividos e novas opções feitas pelo Estado no mundo contemporâneo.

Cabe ainda citar o artigo "Os caminhos da justiça agrária no Brasil: um caso de engenharia político-constitucional", do professor Márcilio Toscano Franca Filho, que expõe os elementos necessários para uma Teoria Geral da Justiça Agrária e faz uma exposição histórica do tema.

De grande utilidade aos estudiosos da área legal, a *Revista de Informação Legislativa* é relevante também para todos que desejam se manter atualizados nas principais discussões do Direito contemporâneo.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. A Revista de Informação Legislativa é editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

ESPECIAL

Convênio estende cursos do ILB aos ministérios

O Senado e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) assinam na próxima quinta-feira (31) convênio de intercâmbio técnico-científico e cultural com o Ministério da Defesa. Na última semana, foram firmadas parcerias com os ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Na assinatura do protocolo de cooperação estiveram presentes o presidente do Senado, Renan Calheiros, o 1º secretário, senador Efraim Morais (PFL-PB), e os ministros Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia. O ministro da Defesa, José Alencar, deverá participar da cerimônia esta semana.

O diretor do ILB, Florian Madruga, afirmou que os convênios irão permitir que os servidores dos ministérios possam participar dos cursos do instituto que tratam de temas relevantes às suas práticas profissionais, como Direito



Renan Calheiros recebe o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan (primeiro à direita), para assinatura de convênio

e Processo Legislativo, Técnica e Administração Legislativa e Orçamento Público. Ele lembrou que poderão ser montadas turmas fechadas. "Acabamos de atender a uma turma da Casa Civil", informou o diretor.

O ILB oferece regularmente cursos de capacitação aos servidores dos legislativos federal, estaduais e municipais. Somente no ano passado, 3.200 servidores de diversos órgãos – incluindo

os do Executivo e do Judiciário – participaram dos cerca de 70 cursos presenciais e a distância oferecidos pelo instituto.

Os cursos são ministrados por especialistas, servidores do Senado. Para abril, estão abertas inscrições para turmas de Pesquisa Legislativa no Site do Senado, Correio Eletrônico e Orçamento e Finanças Públicas. Em julho, poderão ser feitas as matrículas para as turmas de ensino a distância.

Mês de abril	Cursos	Período	Instrutor
I L B	Orçamento e Finanças Públicas	11/4 a 18/4 2ª a 6ª 9h às 13h Sala 1/ILB	Oádia Rossy Campos
		11/4 a 15/4 8h30 às 12h30 Sala de Informática ILB	Helena Rodrigues Barros

Informações ILB: (61) 311-5869 ou no site www.senado.gov.br/ilb

Conheça o Senado

Biônicos, os ungidos pelo regime militar

Uma das principais características dos regimes ditatoriais é, além da restrição aos direitos civis, a falta de participação dos cidadãos no poder. Este segundo aspecto da ditadura militar no Brasil ficou claro a partir de 1977, quando o então presidente Ernesto Geisel decretou o chamado "Pacote de Abril". O texto determinava que um terço do Senado fosse composto por parlamentares nomeados, ou seja, sem representatividade popular.

Esses senadores foram apelidados de "biônicos", uma maneira de diferenciá-los dos senadores eleitos pelo voto direto. O termo indicava que esses parlamentares tinham um mandato artificial, com a

função de compor a maioria numérica do partido do regime, a Arena, no Congresso e no Colégio Eleitoral que nomearia o próximo presidente.

Pacote de Abril, em 1977, criou a figura do senador eleito sem voto popular

O Pacote de Abril foi considerado uma resposta do governo para conter sua impopularidade junto à sociedade e parte dos políticos, que criticavam a falta de liberdade e os excessos cometidos por agentes militares. Essa crise se consolidou a partir das eleições de 1974, quando o partido de oposição, o MDB, ganhou representatividade no Congresso (elegeu 16 senadores) e o regime começou a perder votações.

Nomeando senadores, o regime militar

garantia maioria nas votações do Senado. Os biônicos eram, muitos deles, políticos sem expressão. Entre as poucas exceções, destacam-se Roberto Campos e Aderbal Jurema, senadores nomeados que tiveram atuação destacada no período.

Os mandatos biônicos foram extintos em 1980, mas foram preservados os indicados pelo Pacote de Abril. A proposta que acabava com os biônicos também determinava a realização de eleições diretas para governador em 1982. Desde o Estado Novo, foi a primeira vez que uma proposta de emenda constitucional foi aprovada sem votos contrários. Isso indicava a disposição dos parlamentares de lutar pelo restabelecimento da democracia no país, que se concluiria em 1985.



Roberto Campos, exceção de político de prestígio entre os biônicos indicados

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151
www.senado.gov.br
 E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Elimine os riscos de doenças cardíacas

As doenças cardiovasculares, que afetam o coração e o sistema vascular, estão entre as que mais matam no país. O Brasil está em 9º lugar na lista dos países cuja população morre mais, em números absolutos, de doenças cardíacas, e é o 6º em mortes por derrames. Os dados são do Atlas de Doenças Cardíacas e Derrames, da Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com o relatório, esses males matarão mais de 24 milhões de pessoas por ano até 2030.

Apesar de serem mais comuns a partir dos 45 anos, as cardiopatias atingem pessoas de todas as idades e são resultado da combinação de fatores de risco, como tabagismo, colesterol alto, diabetes e pressão alta, ainda que fatores genéticos possam influenciar. Assim, a saúde do coração depende de hábitos saudáveis desde a infância.

Nesta edição, o *Especial Cidadania* traz informações sobre doenças do coração e do sistema vascular e os fatores de risco.



WILSON DIAS/ABR

Atividades físicas realizadas de forma regular melhoram a saúde cardiovascular, pois contribuem para a redução do colesterol e da pressão arterial

Problemas cardiovasculares mais comuns

No Brasil, 35% dos óbitos por doenças cardiovasculares são por morte súbita, ou seja, não apresentam sintomas prévios. As enfermidades podem estar inter-relacionadas e somente um médico pode avaliar cada caso.

CARDÍACAS

- **Infarto ou ataque cardíaco** – É a falta de circulação em uma área do músculo cardíaco, cujas células morrem por ficarem sem receber sangue com oxigênio e nutrientes. A interrupção do fluxo de sangue para o coração pode acontecer devido a um coágulo que impede a passagem do sangue ou por entupimento da artéria por placas de gordura.

- **Arritmias** – É quando o coração bate de forma irregular, muito rápido ou muito devagar, sem motivo aparente (é normal o coração bater mais rápido em situações de excitação, medo ou

durante a prática de exercícios físicos). O coração de um adulto normal, em repouso, bate de 60 a 80 vezes por minuto. Ritmos cardíacos lentos são chamados bradicardias; ritmos rápidos são taquicardias.

- **Insuficiência cardíaca** – Ocorre quando o coração não consegue bombear sangue suficiente para o restante do corpo.

VASCULARES

- **Má circulação sanguínea** – É chamada pelos médicos de insuficiência vascular periférica. Os sintomas mais comuns são dores nas pernas, que aparecem com frequência durante caminhadas, e passam durante o repouso.

- **Derrame cerebral** – Acidente vascular cerebral (AVC) – É um sangramento no cérebro por causa do rompimento de vasos sanguíneos. Pode acarretar seqüelas e morte.

Fonte: <http://boasaude.uol.com.br/> e Sociedade Brasileira de Cardiologia

Acompanhamento médico é essencial

Muitas vezes, as cardiopatias não apresentam sintomas e só aparecem quando já estão em estágio avançado. Para prevenir-se, é importante consultar o médico com regularidade, em especial as pessoas que apresentam fatores de risco. Algumas doenças, ou os fatores que podem desencadeá-las, podem se manifestar pelos seguintes sintomas:

- Cansaço aumentado
- Falta de ar
- Respiração curta
- Palpitações incômodas
- Dores no peito
- Dores nas pernas ao andar
- Inchaço no rosto e nas pernas
- Machucados que demoram a cicatrizar



Exames como o teste de esforço avaliam a capacidade cardiovascular

ALMIR VEIGA/SESC NACIONAL

Colesterol alto, sedentarismo e fumo são inimigos do coração

É possível prevenir doenças cardiovasculares. Apesar dos fatores hereditários e outros inevitáveis, como a idade, a maioria das causas das cardiopatias pode ser eliminada com hábitos saudáveis. Veja os principais inimigos do coração.

- **Pressão alta** – Também chamada de hipertensão arterial. Nas pessoas com pressão arterial acima de 140/90 mmHg (14 x 9), o coração realiza um trabalho maior, o que aumenta o risco de acidente vascular cerebral (AVC), de lesão nos rins e de insuficiência cardíaca.

- **Tabagismo** – O cigarro aumenta o ritmo cardíaco e a pressão arterial. As artérias se contraem, dificultando a circulação. Além disso, o hábito de fumar está associado a uma maior formação de placas de gordura no interior dos vasos.

- **Colesterol elevado** – As placas de gordura obstruem os vasos e impedem a circulação do sangue.

- **Sedentarismo** – o sedentarismo aumenta em um terço o risco de desenvolver hipertensão e em 50% o de ter diabetes. Atividades físicas regulares reduzem o colesterol e ajudam a controlar a pressão arterial. Meia hora por dia é suficiente para garantir benefícios à saúde.

- **Obesidade** – A obesidade exige

maior esforço do coração, além de estar relacionada com doenças das coronárias, pressão arterial, colesterol elevado e diabetes.

- **Diabetes** – O excesso de açúcar no sangue favorece o acúmulo de gorduras nas paredes das artérias. Os vasos ficam entupidos e o risco de ataque cardíaco aumenta. É necessário cortar o açúcar da alimentação, evitar os carboidratos e as bebidas alcoólicas e manter o controle médico.

- **Anticoncepcionais e medicamentos** – Fumantes, hipertensas ou diabéticas não devem usar anticoncepcionais orais, pois eles aumentam o risco de doenças cardiovasculares. Cortisona, antiinflamatórios e hormônios sexuais masculinos também podem ser prejudiciais.

- **Estresse e ansiedade** – Aumentam a frequência cardíaca e a necessidade de oxigênio do coração. A ocorrência de infarto do miocárdio, doença coronariana crônica e hipertensão arterial é maior em situações de estresse.



Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997

Disque Medicamentos:
0800 644-0644

Disque Pare de Fumar:
0800 703-7033

Serviço de Atendimento ao
Usuário do SUS: 0800 644-9000

Ministério da Saúde
Tel.: (61) 315-2425
ouvidoria@saude.gov.br
portal.saude.gov.br/

Instituto do Coração do Hospital
das Clínicas da Faculdade de
Medicina da Universidade de São
Paulo (Incor)
Tel.: (11) 3069-5000
www.incor.usp.br/

Sociedade Brasileira de
Cardiologia (SBC)
Tel.: (21) 2537-8488 e 2537-9239
www.cardiol.br

Portal Prevenção
www.emforma.com.br

Hospital Pró-Cardíaco (RJ)
Tel.: (21) 2516-6677
www.procardiaco.com.br/

Hospital do Coração (Hcor)
Tel.: (11) 3053-6611 - São Paulo
www.hcor.com.br

Sociedade Brasileira de Diabetes
Tel.: (11) 289-2941
www.diabetes.org.br

Sociedade Brasileira de
Hipertensão
Tel.: (11) 3284-0215
www.sbh.org.br/

Associação Paulista de Medicina
Tel.: (11) 3188-4200 e 3188-4300
www.apm.org.br

Site educativo dirigido às mulheres
www.coracaodemulher.com.br

Projeto amplia uso de desfibriladores

Para melhorar o atendimento de primeiros socorros nos casos de ameaça de morte súbita, o senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto (PL 4.050/04) que torna obrigatória a existência de desfibriladores cardíacos em locais públicos de grande concentração de pessoas, como terminais rodoviários, estações ferroviárias, portos, aeroportos, centros comerciais e ginásios esportivos. Segundo o senador, a medida é um "avanço significativo para as emergências cardiológicas". Já

aprovada no Senado, a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde projeto (PL 4.443/04) do deputado Dr. Heleno (PP-RJ), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as academias de ginástica serem equipadas com desfibriladores cardíacos, foi apensado ao de Tião Viana.

Proteção para portador de marca-passo

Outro projeto (PLS 335/04) voltado aos portadores de doenças cardíacas é de autoria do

senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e propõe que sejam dispensados da revista por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes os portadores de marca-passo ou de aparelhos similares, pois não há garantias de que os aparelhos cardíacos sejam imunes aos campos magnéticos dos mecanismos de segurança. O projeto está sendo examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente vai à Comissão de Assuntos Sociais, ambas do Senado.